

Adolfo Wagner<sup>1</sup>

## Ruy Mauro Marini: uma Interpretação Marxista do Capitalismo Dependente

**Resumo:** O presente artigo desenvolve uma breve descrição das principais características do que se convencionou nominar por “Teoria da Dependência” e situa as noções-chaves que formam o edifício conceitual do pensamento do sociólogo e militante marxista Ruy Mauro Marini, cuja obra representa um dos mais importantes esforços para a compreensão dos dilemas enfrentados pelos países latino-americanos na atualidade.

**Palavras chaves:** Pensamento social latino americano; teoria da dependência; capitalismo dependente; Ruy Mauro Marini.

**Abstract:** This article describes some central “dependency theory” features and show the most important concepts that form Ruy Mauro Marini’s thought, an important sociologist and marxist militant, whose work represents one of the greatest efforts to understand Latin American dilemmas at the present.

**Keywords:** Latin american social thought; theory of dependency; dependent capitalism; Ruy Mauro Marini.

### 1. Apresentação

A teoria da dependência é, sem dúvida, uma das mais importantes interpretações da dinâmica histórica e estrutural do sistema capitalista. Dentre seus autores, Ruy Mauro Marini destaca-se pela originalidade e radicalidade de seu pensamento. Partindo das categorias analíticas do marxismo revolucionário, sua obra, referência obrigatória para as ciências sociais latino-americanas, é um importante esforço para a compreensão da trajetória e dos dilemas enfrentados pela América Latina, cuja complexidade continua representando um desafio na contemporaneidade.

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é doutorando em Serviço Social, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) e do Programa de Estudos em América Latina e Caribe (PROEALC) da UERJ. É professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

O presente artigo busca desenvolver uma breve descrição das principais características do que se convencionou nominar por “Teoria da Dependência” para, em seguida, situar as noções-chaves que formam o edifício conceitual do pensamento de Marini e da tradição formada por ele, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros, denominada “Teoria Marxista da Dependência”. Aqui desenvolvemos particularmente a idéia de superexploração do trabalho como fator fundante da condição dependente dos países latino-americanos bem como da explicação do fenômeno da marginalidade social.

## 2. A Teoria da Dependência

A década de 50 do século XX na América Latina foi, decididamente, dominada pelo planejamento público, inspirado na ideologia nacional-desenvolvimentista. As teorias cepalinas expressavam a visão de mundo dos segmentos mais progressistas da burguesia industrial da região e respondiam pelo fundamental das políticas públicas, em países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México (Marini, 1992, p. 80). No Brasil, elas foram implementadas durante os governos de Juscelino e João Goulart. No início dos anos 60, porém, essas teorias esbarrarão nas suas próprias limitações e insuficiências.

O golpe militar no Brasil e os que se seguiram em outros países do continente puseram por terra a idéia de um “desenvolvimento nacional autônomo”, propalado pela CEPAL e por expressivos setores da intelectualidade de esquerda latino americana. É no cenário de crise da ideologia nacional-desenvolvimentista, sob o impacto do clima repressivo instalado na região e, também, influenciados pelo fortalecimento de movimentos sociais e partidários de tradição não stalinistas que, na segunda metade da década de 60, ganha forma a “Teoria da Dependência”.

Seu nascimento marca o esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura sócio-econômica da América Latina que se processam a partir dos anos 30 e que se acentuam no pós-guerra. Estas mudanças seriam o resultado da internacionalização dos mercados internos dos países latino-americanos, a partir do que estaria configurado um “novo caráter da dependência”. Esta seria engendrada por um padrão diferenciado de inversões do capital estrangeiro, quando comparado com os períodos anteriores, principalmente ao iniciado no fim da II Grande Guerra.

Em artigo escrito em 1968, Theotonio dos Santos apontará as principais características dessa nova situação. Sua ocorrência se deu por um fator combinado: de um lado, liberados das inversões internas, os capitais encontraram nos países subdesenvolvidos um conjunto de mercados em expansão, em condições de alta lucratividade. Neste cenário, os estímulos à exportação de capitais eram muito grandes. (Santos, 1971, p.188)

Desde o advento da I Grande Guerra, os países da América Latina, começaram a experimentar um pequeno surto industrializante. Iniciava-se lentamente a substituição de importações, forçada pelas novas circunstâncias internacionais. Este processo ganha intensidade, depois da crise de 1929 e durante toda a década de 30 e 40, estimulado por governos, como fala Santos, de matizes nacionalistas e industrialistas. Desta forma, quando termina a II Guerra e a tarefa de reconstrução das economias dos países diretamente envolvidos, os capitais norte-americanos (e

estrangeiros em geral) buscam novas áreas para acumulação e intensificam sua penetração no continente. Dados apresentados por Santos evidenciam que, no período entre 1943 e 1961, o investimento direto norte-americano obteve um acréscimo de mais de 200%, sendo crescentemente dirigido para o setor industrial.<sup>2</sup>

O novo papel que o capital estrangeiro passa a cumprir muda decididamente a estrutura sócio-econômica dos países latino-americanos. Em primeiro lugar, altera-se a dimensão das empresas, formando-se as corporações altamente tecnificadas, que são, em geral, filiais das multinacionais norte-americanas ou européias. Estas tendem a monopolizar os mercados em que atuam, aumentando ainda mais a exploração sobre economias muito fragilizadas. Para estas empresas, não está em pauta o desenvolvimento autônomo ou preocupações que tangem a aspectos da soberania nacional do país em que atuam, mas, encontrar as melhores condições para a reprodução ampliada do seu capital.

Ocupando cada vez mais espaços e um papel central no mecanismo de crescimento industrial, essas empresas passam a controlar o ritmo em que este se desenvolve. Dá-se um processo de integração, cada vez maior entre o capital estrangeiro e as economias nacionais, que resulta no aprofundamento da dependência dos últimos em relação aos primeiros. O centro desse processo é “a divisão do trabalho entre os países produtores de bens manufaturados e de máquinas leves e os países que produzem máquinas pesadas. Subsiste também uma profunda distância tecnológica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.” (Santos, 1971, p.194)

As empresas monopolistas dos centros dominantes

se irradiam para os países subdesenvolvidos, em forma de subsidiárias que levam seus estilos de organização monopolistas para economias muito frágeis [...] O processo de integração revela assim três aspectos muito importantes: o ajustamento das dimensões das empresas nos países subdesenvolvidos, a padrões que lhes são estranhos e o ajuste da política dessas empresas a interesses também alheios a tais países e muitas vezes contrários a estes [...] Por fim, o processo de integração implica um processo de descapitalização, devido às remessas de lucros e outros rendimentos muito superiores aos investimentos realizados. (Santos, 1971, p.199)

Esta mudança no comportamento do capital internacional correspondia não apenas à alteração do quadro estrutural dos países periféricos, mas também a mudanças nas economias dos países desenvolvidos, no pós-guerra. Dessas, podemos ressaltar algumas:

a) a unidade típica na economia capitalista deixa de ser a pequena e média empresa, presentes em uma dinâmica de mercado anônimo e concorrencial,

<sup>2</sup> “Frente ao crescimento industrial da América Latina na década de 30 e às medidas protecionistas tomadas pelos governos da época, o imperialismo volta-se para o setor manufatureiro, integra-se na economia moderna e passa a dominar o setor capitalista industrial dessas economias.” (Santos, 1971, p.192)

para tornar-se a grande empresa monopolista, ou seja, aquela que é capaz de produzir uma parte significativa dos produtos de um ou mais ramos industriais e, assim, definir por seu interesse o volume de produção e o preço da mercadoria;

b) o setor das grandes empresas nos Estados Unidos e na Europa, ligado à inversão no exterior, deixa de ser elemento secundário para tornar-se o foco de atuação dessas corporações.

Para Santos, as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopolista, conduzem os países dominados:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica, sob o domínio da grande indústria, sobretudo, internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado, mediante a adaptação a seus interesses. (Santos, 1971, p.201)

É partindo desta nova compreensão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina que a teoria da dependência é capaz de enumerar as insuficiências e limites das concepções desenvolvimentistas cepalinas ou de origem nos Partidos Comunistas, bem como das Teorias da Modernização, importadas da sociologia funcionalista estadunidense.

Contra o funcionalismo da “Teoria da Modernização”, a crítica esboçada normalmente recaía sobre a incapacidade desta em perceber as particularidades da condição das sociedades latino-americanas. A respeito, observam Cardoso e Falleto:

É possível criticar este esquema, com certo fundamento, segundo dois pontos de vista. De um lado, os conceitos ‘tradicional’ e ‘moderno’ não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram a condição de seu funcionamento e permanência. Tampouco, se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações, etc. – e os diferentes tipos de estrutura social, que pressupõem as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’ (Cardoso e Falleto, 1981, p.17)

Ao proceder, também, tomando como pressuposto que os sistemas econômico, social e político dos países europeus e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas e que o processo de desenvolvimento é uma

sucessão de etapas que se sucedem de forma cumulativa, as teorias da modernização acabam por não atribuir qualquer valor interpretativo à singularidade de cada país.

Ainda sobre a teoria da modernização, Marini vai dizer que

Na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, ou seja, momentos de constituição da mesma realidade, só poderiam ser diferenciados, mediante a aplicação de critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele ponto da escala evolutiva. [...] Salta aos olhos os inconvenientes dessa metodologia. Primeiro, por ser essencialmente descritiva, não oferecia qualquer possibilidade explicativa. Segundo, o resultado a que chegava era uma perfeita tautologia: uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores. Girando nesse círculo vicioso, a compreensão efetiva do subdesenvolvimento se via obstaculizada e o máximo a que se poderia aspirar, com base em correlações verificáveis, era a formular proposições do tipo 'se...então' (Marini, 1992, p. 72-73)

As teses nacional-desenvolvimentistas, por sua vez, teriam ido além, ao propor o esquema centro-periferia. Partiam do ponto de vista do sistema capitalista mundial e do formato que se estabelece entre as nações. Sua fraqueza, segundo Marini, estaria justamente no fato de manter o desenvolvimento como um *continuum* e, tomando a CEPAL como exemplo, comenta que tal instituição

não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e pela complementaridade – como faria, a seu tempo, a teoria da dependência –, mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação do capital. Isto implicava que, através de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos veriam abertas as portas de acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam, ante os grandes centros. (Marini, 1992, p. 77-78)

A teoria da dependência, por seu turno, partirá de novas perspectivas, tomando o capitalismo como um sistema mundial, não considerando o desenvolvimento como etapas de um *continuum*, mas como realidades distintas e contrapostas estruturalmente, vinculadas uma a outra. A dependência, de acordo com Santos:

é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia, condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual sua própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência, quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e autoimpulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes, que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes. (Santos, 2000, p.379)

Diferenciando-se claramente das abordagens funcional-evolucionistas, o que os teóricos da dependência passaram a fazer foi inserir as experiências nacionais no quadro histórico mais geral da economia mundial. Estabelecia-se, assim, não uma relação linear ou mecanicista do externo sobre o interno, mas uma dialética na qual

as determinações se encontram na dinâmica da acumulação capitalista nos países dominantes, e seu entrelaçamento com economias nacionais que têm seu processo de acumulação condicionado pelo modo de inserção nesta economia internacional e, ao mesmo tempo, determinado por suas leis próprias de desenvolvimento interno. (Santos, 1991, p.28)

O método histórico-estrutural, como os dependentistas o denominavam, foi uma tentativa de rompimento com enfoques estáticos e a-históricos do pensamento social. Havia, entre todos os dependentistas, um consenso da necessidade de uma metodologia que se opusesse às concepções tradicionais, que negavam o devir histórico e sua apreensão como sistema. Dessa forma, desenvolveu-se uma prática científica voltada para análise dos processos sociais, “como continuidade histórica e como estruturas dialeticamente interatuantes” (Santos, 2000a, p.129)

Foi partindo dessas premissas que os dependentistas situaram o “novo caráter da dependência”, originária do padrão de acumulação de capital existente, a partir do fim da II Grande Guerra. Esta abordagem permitiu-lhes compreender, de forma mais efetiva, as insuficiências do nacional-desevolvimentismo, tanto na sua acepção cepalina quanto na adaptação do PCB na forma da revolução democrático-burguesa.

De forma abrangente, podemos citar as seguintes conclusões a que chegaram:

a) a industrialização, *deus ex machina* do nacional-desevolvimentismo, não garantia a passagem do centro de decisão para os países em desenvolvimento, porque ela era comandada pelo capital estrangeiro, fundado nas grandes corporações multinacionais, cujo poder decisório concentrava-se nas suas matrizes no exterior;

b) a industrialização não trazia distribuição de renda porque acontecia sob o capitalismo monopólico, que tende a concentrar o poder e a riqueza em alguns poucos grandes grupos econômicos. Afora isso, também poderíamos perceber uma forte diferenciação no nível de renda, no seio da própria classe trabalhadora, dividida entre assalariados especializados e não especializados;

c) o avanço das relações capitalistas de produção para o campo levou a destruição das comunidades camponesas tradicionais, forçando seu deslocamento para os centros urbanos onde, por conta de uma industrialização baseada em tecnologia intensiva e poupadora de força de trabalho, não conseguiam garantir sua sobrevivência, dando início ao problema da marginalização urbana. (Santos, 2000a, p.125-128)

d) a burguesia nacional mostrou-se incapaz, estruturalmente, de dirigir um processo de industrialização que levasse a cabo o desenvolvimento autônomo nacional. A teoria da dependência mostrou o quanto ela estava, naquele contexto histórico, com seus interesses associados ao do capital internacional;

e) por último, mas não menos central, respondendo àqueles que defendiam o caráter feudal das economias latino americanas – e, conseqüentemente, o papel revolucionário das burguesias locais –, os dependentistas afirmaram que os países da região surgiram como resultado da expansão mercantil européia e não poderiam, por isso, ser identificados como feudais. Era claro que estas sociedades conformavam tipos especiais, mas que não poderiam ser compreendidas à parte do processo de expansão das relações capitalistas de produção, a partir dos países do centro para a periferia.

Com isso, apresentamos aquilo que consideramos ser o núcleo central comum da teoria da dependência. Resultado de um período histórico determinado, os autores dependentistas, mesmo com origens distintas, têm pontos de partida próximos, desenvolveram formulações comuns e chegaram a conclusões – apesar de desavenças entre eles –, com forte grau de consenso.

Durante a década de 70, as diferenças entre os autores dependentistas crescerão. Nosso trabalho, como proposto, concentrar-se-á no debate travado entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Debate que se inicia em 1972 e chega ao ápice no fim da mesma década. Para realizarmos o estudo a contento, precisamos, antes de entrar no conteúdo da polêmica, compreender o momento em que ela se desenvolve e o que está em jogo no Brasil daquele período. Esta é a tarefa a que nos dedicamos em seguida.

### 3. Ruy Mauro Marini – uma vida em militância e exílio

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Estado de Minas Gerais, em 1932. Em 1953, matricula-se na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), recentemente criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde, no segundo ano do curso, começa a atuar como assistente do professor Alberto Guerreiro Ramos. Formado em 1957, recebe, no ano seguinte, uma bolsa para seguir os estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris – França. Os dois anos que lá passou foram considerados, por ele, os complementos necessários à sua formação.

(Marini, 1990, p.4). Ali, desenvolveu o estudo sistemático da obra de Marx e de outros autores da tradição marxista, como Lênin. Vivencia, *in loco*, as polêmicas geradas pelo processo de libertação das colônias francesas, o que motivou seu afastamento das doutrinas desenvolvimentistas e uma aproximação, cada vez maior, do marxismo.

Na França, toma contato com um grupo que edita, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista. Este grupo, com base principalmente no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, formará, mais tarde, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP).

Retorna ao Brasil, por volta de 1960, e, dois anos depois, passa a trabalhar como auxiliar de ensino na Universidade de Brasília, tornando-se assistente no ano seguinte. Em 1964, o golpe atinge duramente a universidade e Marini e, junto com outros doze professores, é demitido. Em dezembro do mesmo ano, segue para o México, em seu primeiro exílio.

Chegando, foi lecionar no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, ali permanecendo até 1969. Lecionou no Centro de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Filosofia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e atuou como educador, junto ao Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (CONESCAL). Em 1969, com a vitória de Luís Echeverría nas eleições presidenciais, decide sair do país e vai para o Chile.

É do período do exílio mexicano que, além das análises sobre a situação brasileira, ele também escreve *Subdesenvolvimento e Revolução*, livro que ganhará várias edições em países de língua castelhana e em outros, do continente europeu. Suas preocupações intelectuais estão voltadas para o problema da revolução e do socialismo na América Latina.

Chegando ao Chile, vai lecionar no Instituto Central de Sociologia, para o qual é selecionado através de concurso. Em 1970, com a eleição de Salvador Allende para a presidência da república, aceita o convite do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Ali, mantém seu interesse intelectual voltado para os mesmos temas desenvolvidos na década passada, talvez mais descolados das preocupações acerca dos rumos da conjuntura brasileira.

É deste período, o livro que centra parte do interesse do nosso trabalho. Organizando um seminário no CESO, intitulado “Teoria Marxista e realidade latino-americana”, começa a preparar um texto-base: ele é publicado, em 1972, com o título de: “*Dialética de la dependência: la economía exportadora*”.

Até 1973, Marini atuará, politicamente, próximo a uma importante organização da esquerda chilena – o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Seus escritos seguem as mesmas temáticas anteriores, incluindo, aí, particularmente, as possibilidades e os impasses do processo revolucionário no Chile. Com o golpe militar, no dia 11 de setembro daquele ano, ele e outros exilados brasileiros tomam o caminho do Panamá, lá ficando até fins de janeiro de 1974, quando rumou para o Instituto Max Planck, em Starnberg, na Alemanha. Em setembro do mesmo ano, regressou ao México, onde lecionará na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM. Durante algum tempo, divide suas atividades entre o México e a Alemanha, até que, em 1976, radica-se no primeiro. Em 1977, funda o “Centro de In-

formação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina” (CIDAMO), que dirigirá até 1982. Paralelamente, Marini também ocupa o cargo de professor visitante da Escola Nacional de Economia.

Em 1984, com a abertura em curso, retorna para o Brasil, pondo fim a um exílio de vinte anos. Marini vem a falecer em 1997, deixando uma importante contribuição às ciências sociais brasileira e latino-americana e que, muito recentemente, vem despertando o interesse de intelectuais e movimentos sociais no Brasil.

#### **4. Dialética da Dependência: uma interpretação radical do capitalismo dependente**

Marini produz um olhar rigoroso e relativamente original sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano. Adjetivamos desta maneira, pois o que produz é uma aplicação da lei do valor de Marx, incorporando elementos e reflexões de intelectuais da tradição marxista como, entre outros, Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotski. Sua originalidade está no fato de empreender uma leitura sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano, apontando as suas especificidades. Será “o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que iluminará o estudo de sua geração e permitirá conhecer, analiticamente, as tendências que desembocaram neste resultado”. (Marini, 2000, p. 106). Seguindo ainda com sua preocupação metodológica, ele enfatizará que

as categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade, como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem que ponderá-las, sem que isso implique, de forma alguma em romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele. (Marini, 2000, p.107).

Buscando localizar a América Latina como resultado do processo de expansão comercial do século XVI, ele perseguirá a idéia de que a região se desenvolverá, posteriormente, “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional.” (Marini, 2000, p.107-108). Isso quer dizer, em outras palavras, que as relações dos países latino-americanos com os centros capitalistas inserem-se em uma estrutura definida e estabelecida, a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (Marini, 2000, p.109). Toma-se, assim, a fórmula cunhada por Frank do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Desta maneira, as funções e o papel que a América Latina cumprirá, a partir do século XIX, já completamente integradas à economia capitalista mundial,

transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos, induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de

facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação se desloque da produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á, fundamentalmente, com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista o qual deve reter nossa atenção. (Marini, 2000, p.113)

O pensamento de Marini estrutura-se em torno de alguns conceitos-chaves.

O primeiro a que daremos tratamento é o de “intercâmbio desigual”. Para Marini, a inserção da América Latina na economia capitalista mundial permitiu aos países do centro do sistema a predominância da mais-valia relativa. Esta “é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho”. (Marini, 2000, p.113). A mais-valia relativa, reafirma o autor, está diretamente ligada à desvalorização dos bens-salários, resultado, de uma forma geral, do aumento da produtividade do trabalho em escala sistêmica. Como devemos analisar o lugar dos países latino-americanos em termos do comércio internacional, tendo em vista a afirmação anterior? A partir do que Marini chama de “depreciação dos preços primários no mercado mundial” ou, em outras palavras, a deterioração dos termos de troca: o aumento da oferta de bens primários foi acompanhado pela redução dos preços desses produtos, relativamente aos preços alcançados pelos produtos manufaturados. A razão deste desequilíbrio encontra-se, para Marini, no fato de que os países desenvolvidos, ao produzirem bens que os países dependentes não produzem, podem vendê-los a um preço acima do seu valor. Isto acarretaria uma transferência de parte do valor que os segundos produziriam. Quando, por um acaso, por uso de tecnologia capital-intensiva, ocorre a redução do valor de um bem exportado por um país subdesenvolvido, podemos concluir, diz Marini, que esta transferência é dupla. Daí que

a oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de sobrevivência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza, ali, em cotas de mais-valia, cada vez mais elevadas. (Marini, 2000, p. 115)

Cabe, agora, a pergunta: diante desses mecanismos de troca desigual, como se comportam as burguesias das economias dependentes? A resposta sugerida por Marini é a de que elas encontrariam no aumento da exploração do trabalho um mecanismo de compensação, que permitiria o aumento da massa de valor disponível para a exportação. Para ele,

o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e, não, do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário, além do seu limite normal [...], implicando, assim, um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (Marini, 2000, p.123-124)

Portanto, o que aparecia como mecanismo de compensação ao nível da esfera de circulação é, de fato, um mecanismo que opera ao nível da produção interna (Marini, 2000, p.123). Justamente, ao buscar compreender este mecanismo, Marini desenvolve o conceito de “superexploração”.

As três formas identificadas na citação acima configuram um modo de produção, fundado no aumento da exploração do trabalhador. Isso seria coerente com o baixo nível das forças produtivas das economias latino-americanas, mas, sobretudo, pelo fato de que a atividade econômica mais importante estaria concentrada na produção de bens primários. Por ser uma atividade que se baseia no uso de tecnologias trabalho-intensivas, elas possibilitam a diminuição da composição orgânica do capital, o que, por sua vez, afeta positivamente a taxa de lucro. Levando-se em conta a existência de grandes exércitos industriais de reserva nesses países e dada a baixíssima remuneração do trabalho, não compensaria, para o capitalista, a introdução de tecnologias capital-intensivas.

Dadas as condições para submeter o trabalhador a tal situação, pode-se concluir que a execução dos três mecanismos descritos – o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada e a redução do consumo do operário, além de seu limite normal – tem suas características essenciais,

no fato em que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho, superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando, assim, o seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira

dele, inclusive, a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (Marini, 2000, p.126)

Definidos ambos os conceitos, podemos compreender “a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana” e, assim, “iluminar o próprio fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial”. (Marini, 2000, p.131).

Se, nas economias industrializadas, o mercado interno cumpre um papel dinamizador fundamental, sendo a capacidade de consumo das classes trabalhadoras seu componente vital, nas sociedades agrário-exportadoras da América Latina não é assim que a coisa se dá. A separação entre as esferas do ciclo do capital, com a circulação se realizando fundamentalmente no mercado externo, faz com que o consumo individual do trabalhador não interfira na realização do produto. O resultado disso é a opção pelo sacrifício da capacidade de consumo individual do trabalhador e da constituição de um mercado interno, potencializando, em compensação, os mecanismos, já descritos, de superexploração do trabalho.

Porém, se, para as classes trabalhadoras, ocorre o subconsumo, o mesmo não se pode dizer das classes dominantes, que concentram a mais-valia não acumulada. Dá-se, então, origem a

uma estratificação do mercado interno, que é, também, uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera ‘baixa’, em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça para restringir –, se baseia na produção interna, a esfera ‘alta’ de circulação, própria dos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a ampliar –, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação (Marini, 2000, p.135).

A contradição entre as esferas que compõem o ciclo do capital, sustentada pela superexploração do trabalho, incidirá, de maneira decisiva, nos rumos que tomará a economia industrial latino-americana, principalmente a partir do pós Segunda Guerra Mundial.

A compressão do consumo gerará uma indústria fraca, que irá se expandir, apenas quando as crises externas estimularem uma política de substituição de importações. Dedicada à produção de bens que não compõem o consumo popular – ou se o fazem de forma muito restrita –, a produção industrial existente independe das condições salariais dos trabalhadores. Isso, segundo Marini, tem duas sérias implicações econômicas: a primeira, por não compor as necessidades fundamentais para a manutenção da força de trabalho, os produtos manufaturados não determinam

seu valor; e, a segunda, como esses produtos não são dirigidos para os estratos mais baixos da população, dá-se a formação de uma indústria de produção de bens suntuários, que se baseia na superexploração.

Quando, porém, a oferta individual coincide com a demanda existente, para que se possa garantir a continuidade do processo de acumulação, surge a necessidade de se generalizar o consumo de manufaturados. Disso, decorrem dois tipos de desdobramentos possíveis: “a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e do esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* pra baratear as mercadorias.” (Marini, 2000, p.143)

Esses dois desdobramentos articulados geram um impasse, que será solucionado, de forma precária, com a importação de tecnologia estrangeira, para o aumento da produtividade do trabalho.

Se, por um lado, havia, das economias dependentes, a necessidade de importar capital, no mesmo período, surgia o interesse, por parte das economias centrais, em impulsionar nelas o processo de industrialização. Com a diminuição do tempo de rotação do capital fixo, são transferidos os equipamentos já considerados ultrapassados, ampliando, assim, o mercado para suas indústrias de bem de capital. A dependência ganha, aqui, uma nova dimensão.<sup>2</sup>

O progresso técnico, fundamentalmente aplicado nos ramos industriais orientados para o consumo da “alta esfera”, não se pôde traduzir em mais lucro, através da ampliação da taxa de mais valia, mas, unicamente, mediante o aumento da massa de valor, ou seja, da quantidade de produtos fabricados. Isso levará a um grande problema de realização. O recurso utilizado foi

o de fazer intervir o Estado (através da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e ao financiamento ao consumo suntuário), assim como a inflação, com o propósito de transferir o poder de compra da esfera baixa à esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes, para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime, assim, a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção, destinado a atender ao consumo popular. (Marini, 2000, p.148)

A estratificação que virá daí, tendo, de um lado, as “indústrias dinâmicas” e, do outro, as “tradicionais”, apenas refletirá a esfera da produção à esfera da circulação, própria do capitalismo dependente.

Como resultado da sua própria dinâmica e mediante a impossibilidade de constituir um mercado interno, o capitalismo dependente dependerá da exportação para poder resolver seus problemas de realização dos produtos e garantir a manutenção do processo de acumulação de capital.

### 5. Conclusões – alguns elementos para a questão da marginalidade e do debate contemporâneo

Ao escrever sobre a Lei Geral da Acumulação, Marx dirá, a certa passagem, que a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua.” (Marx, 1980, p.735) Esta consistiria, exatamente, no exército industrial de reserva, resultado, mesmo, da acumulação capitalista, à medida que o aumento da produtividade, ao mobilizar novos recursos tecnológicos, torna excedente, relativamente, uma parcela da população trabalhadora.<sup>3</sup>

A superpopulação relativa existe, sob quatro formas fundamentais: a) flutuante, resultado da expansão e retração do processo de reprodução ampliada do capital à medida que atrai ou repele trabalhadores; b) latente, no caso da expansão das relações capitalistas, no campo que disponibilizará toda uma força de trabalho, a qual não é contrabalançada por nenhum movimento de atração; c) estagnada, que constitui a maior parte do exército industrial de reserva, com ocupações totalmente irregulares. “Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência” (Marx, 1980, p. 746); d) por fim, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo.” (Marx, 1980, p. 746). Este subdivide-se em três outros grupos: os aptos para o trabalho, os orfãos e filhos de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. Sua produção, segundo Marx, constitui condição de existência da própria produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Para Marini, a discussão da marginalidade social não pode ser tratada desconexa do problema do aumento da produtividade do trabalho nos países dependentes – que vem com a importação de tecnologia –, com a maior exploração que esse aumento torna possível, como vimos. Todo o mecanismo responde a um duplo dilema: de um lado, o alargamento do exército industrial de reserva e, do outro, a impossibilidade crônica de se constituir um mercado interno, em função do subconsumo a que são submetidas as classes trabalhadoras.

Kowarick (1985, p.87) tem razão ao sugerir que é necessário precisar melhor o que os defensores do conceito de superexploração definem pelo valor da força de trabalho, o que, conseqüentemente, implica em estabelecer o limite mínimo para a remuneração do trabalhador. Esta é uma questão importante e merece mais atenção. Ele, porém, focaliza a crítica em um aspecto, que nos parece equivocado: ao reduzir a idéia de marginalidade, a forma de inserção nas estruturas produtivas dicotomiza a relação produção-circulação e perde a perspectiva da totalidade na análise do sistema. Para nós, essa é uma questão metodológica fundamental.

Para concluir, outros aspectos que merecem ser estudados são as implicações do processo de terceirização e precarização do trabalho, para a formulação do conceito de marginalidade. Estes dois fenômenos têm reconfigurado e ampliado, a

<sup>3</sup> “A industrialização latino-americana corresponde, assim, a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], reservando, para os centros imperialistas, as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente.” (Marini, 2000, p. 147)

nosso ver, o exército industrial de reserva, a medida que disponibilizam, para as empresas um tipo de trabalho que não é exatamente sazonal e formado por segmentos altamente especializados. A tipologia utilizada por Kowarick não consegue dar conta destes eventos. Não são apenas os trabalhadores envolvidos em atividades “arcaicas”, como indústria a domicílio e artesanato (a quem ele associa à população estagnada), os autônomos do setor terciário (a quem ele associa à população latente) ou aqueles que são rejeitados ou absorvidos pelas empresas industriais (a população flutuante), que configuram, na sua totalidade, o exército industrial de reserva na contemporaneidade econômica e social na América Latina. Uma análise mais cuidadosa nos permitirá identificar e compreender a situação das classes sociais nos países da região e contribuir, assim, para a superação das condições que impõem acumulação “de riqueza num pólo e, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, de ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, constituído pela classe, cujo produto vira capital.” (Marx, 1980, p. 749).

*Recebido em 2 de novembro de 2008.*

*Aceito para publicação, em 22 de janeiro de 2009.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- \_\_\_\_\_. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia, 1973.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, n. 11, p 23-47, 1975.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 364-393. (Coleção ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, v. 5)
- \_\_\_\_\_. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Cebrap, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. e \_\_\_\_\_. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo e FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. reorg. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. (Sociologia Brasileira, 7).
- FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980..
- IANNI, Octávio - *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Petrópolis: Paz e Terra, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. *Memorial*. Mimeo, 1990.
- \_\_\_\_\_. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.
- \_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.
- \_\_\_\_\_. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 167-241.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Livro I).
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1981.
- Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p 7-14
- SANTOS, Theotônio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p 185-236. (Biblioteca de Ciências Sociais)
- \_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da "Nova República"*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. Dependencia y cambio social. In: LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2000b. p. 376-380.

SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1979.



Máscara Olmeca, México; entre 900 e 500 AC. A cultura Olmeca é fundadora de todas as subsequentes civilizações da América Central.



Máscara Olmeca, México, entre 900 e 500 AC. O estilo da arte Olmeca foi reelaborado nos séculos que se seguiram ao declínio dos seus principais centros urbanos.



Máscara de mármore Teotihuacan, do período clássico (entre os séculos III e VII).

